

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES "OLAVO SILVA SOUZA" - AME ITU - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM".

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU

CNPJ 66.518.267/0020-46
Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em reais)				Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)			
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.482.679,95	1.374.130,22	Fornecedores		179.657,44	74.820,91
Adiantamentos a Empregados	5	11.138,73	19.967,65	Obrigações Trabalhistas	10	202.013,44	189.944,98
Impostos Recuperáveis		1.348,87	-	Obrigações Sociais e Fiscais	11	118.764,21	111.092,62
Outros Créditos	6	1.198,00	1.198,00	Contas a Pagar		3.067,35	3.715,81
Estoques	7	83.724,16	93.339,41	Provisões para Férias e Encargos	12	356.822,54	270.002,47
Despesas Antecipadas		6.188,26	5.477,39			860.324,98	649.576,79
		1.586.277,97	1.494.112,67	Passivo Não Circulante			
Ativo Não Circulante				Provisões para Contingências	13	10.953,94	28.941,91
Imobilizado	8	54.064,06	74.223,46	Bens Públicos em Nosso Poder	14	55.864,06	77.103,46
Intangível	9	1.800,00	2.880,00			66.818,00	106.045,37
		55.864,06	77.103,46	Patrimônio Líquido			
Total do Ativo		1.642.142,03	1.571.216,13	Patrimônio Social		815.593,97	562.768,28
				Superávit do Exercício		(100.594,92)	252.825,69
						714.999,05	815.593,97
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.642.142,03	1.571.216,13
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)			
		Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		-	698.471,84	(135.703,56)	-	562.768,28	
Incorporação do Superávit/Déficit		698.471,84	(698.471,84)	-	-	-	
Incorporação da Dotação Inicial		(135.703,56)	-	135.703,56	-	-	
Superávit/Déficit do Exercício		-	252.825,69	-	-	252.825,69	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		562.768,28	252.825,69	-	-	815.593,97	
Incorporação do Superávit/Déficit		252.825,69	(252.825,69)	-	-	-	
Incorporação da Dotação Inicial		-	-	-	-	-	
Superávit/Déficit do Exercício		-	(100.594,92)	-	-	(100.594,92)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		815.593,97	(100.594,92)	-	-	714.999,05	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)							
1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertoga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruipe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SPDOC nº 2416901/2019, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 01 de fevereiro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se no momento de sua assinatura. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 50.691.794,05. Para o exercício de 2022, o montante repassado foi de R\$ 10.276.380,00, através do Termo de Aditamento nº 01/2022, assinado em 27 de dezembro de 2021. 2. Bases de Preparação Das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. 3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. 3.b) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. 3.c) Imobilizado (quando aplicável): • Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. 3.d) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.g) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.h) Receitas: As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.i) Despesas: As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.k) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.							
4. Caixa e Equivalentes de Caixa				2022	2021		
Bens Numerários							
Caixa				1.500,00	1.512,54		
Bancos - Aplicações Financeiras							
Banco do Brasil S.A.				1.481.617,68	1.372.617,68		
				1.482.679,95	1.374.130,22		
5. Adiantamentos a Empregados				2022	2021		
Adiantamentos de Férias				11.138,73	19.967,65		
				11.138,73	19.967,65		
6. Outros Créditos				2022	2021		
Aluguéis a Receber				1.198,00	1.198,00		
				1.198,00	1.198,00		
7. Estoques				2022	2021		
Mat. De Laboratório e Reagentes				734,51	377,08		
Medicamentos				5.882,44	8.244,20		
Material Médico Hospitalar				28.570,07	36.015,45		
Materiais de Expediente e Escritório				6.736,52	8.275,15		
Materiais de Manutenção				4.597,59	2.550,31		
Materiais de Informática				3.834,50	2.256,68		
Materiais de Limpeza				13.451,53	21.783,50		
Materiais de EPI				2.154,53	2.573,28		
Material de Higiene				23,60	-		
Instrumental Cirúrgico				-	258,00		
Gêneros Alimentícios				3.706,42	2.232,35		
Utensílios para Copa				972,65	1.302,75		
Peças e Acessórios				6.655,77	-		
Uniformes e Rouparias				6.404,03	7.470,66		
				83.724,16	93.339,41		
8. Imobilizado				Taxa	2022	2021	
Máquinas e Equipamentos				10%	52.127,45	47.367,45	
Equipamentos de Uso Médico				10%	359.236,57	359.236,57	
Equipamentos de Informática				20%	203.168,62	203.168,62	
Móveis e Utensílios				10%	394.646,58	395.662,58	
Veículos				20%	44.750,00	44.750,00	
(-) Depreciação Acumulada					(999.865,16)	(975.961,76)	
					54.064,06	74.223,46	
Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.							
9. Intangível				Taxa	2022	2021	
Intangível De Gestão Pública							
Direitos de Uso de Sistemas				20%	92.413,37	92.413,37	
(-) Amortização Acumulada					(90.613,37)	(89.533,37)	
					1.800,00	2.880,00	
10. Obrigações Trabalhistas				2022	2021		
Salários a Pagar				202.013,44	172.106,37		
Pensões Alimentícias a Pagar				-	1.387,11		
Rescisões a Pagar				-	16.451,50		
				202.013,44	189.944,98		
11. Obrigações Sociais E Fiscais				2022	2021		
INSS sobre Salários a Recolher				21.885,99	15.539,54		
FGTS a Recolher				31.008,17	34.702,90		
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher				96,00	82,80		
IRRF sobre Salários a Recolher				41.219,93	35.743,02		
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher				4.222,03	4.398,92		
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher				14.160,58	14.519,17		
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher				4.917,32	4.863,16		
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher				1.254,19	1.243,11		
				118.764,21	111.092,62		
Receitas Líquidas				15	10.297.619,40	9.290.592,57	
Contrato de Gestão nº 2416901/2019				16	10.276.380,00	9.279.180,00	
Realização de Bens Públicos em nosso poder					27.849,40	41.165,96	
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado					(6.610,00)	(3.977,80)	
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios					-	(25.775,49)	
					(10.109.956,93)	(8.677.322,33)	
Custos				18	(4.241.209,96)	(3.585.323,25)	
Pessoal e Reflexos					(5.288.532,07)	(4.583.596,01)	
Serviços Terceirizados				19	(580.214,90)	(508.403,07)	
Medicamentos e Materiais de Consumo				20	(827.973,48)	(779.397,50)	
(-) Custo da Isenção Usufruída				25	827.973,48	779.397,50	
Isenção Usufruída				25	-	-	
(=) Resultado Bruto					187.662,47	613.270,24	
Despesas					(495.275,35)	(501.862,37)	
Impostos, Taxas e Contribuições					(3.850,88)	(3.465,00)	
Despesas Gerais				21	(491.424,47)	(498.397,37)	
Outras Receitas Operacionais					32.538,09	91.093,09	
Outras Receitas					32.538,09	91.093,09	
(=) Resultado Antes das Rec/ Desp Financeiras					(275.074,79)	202.500,96	
Resultado Financeiro				17	174.479,87	50.324,73	
Receitas Financeiras					194.695,54	73.039,60	
Despesas Financeiras					(20.215,67)	(22.714,87)	
Superávit do Exercício					(100.594,92)	252.825,69	
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)				2022	2021		
Atividades Operacionais							
Superávit / (Déficit) do Exercício (Aumento) Redução do Ativo				(100.594,92)	252.825,69		
Adiantamentos a Empregados				8.828,92	(16.116,92)		
Impostos Recuperáveis				(1.348,87)	783,67		
Estoques				9.615,25	(9.862,55)		
Despesas Antecipadas				(710,87)	470,64		
Aumento (Redução) do Passivo							
Fornecedores				104.836,53	(339.415,45)		
Obrigações Trabalhistas				12.068,46	20.548,57		
Obrigações Sociais e Fiscais				7.671,59	16.448,27		
Provisões para Férias e Encargos				86.820,07	2.805,80		
Provisão para Contingências				(17.987,97)	(111.991,18)		
Outras Obrigações				(648,46)	1.319,81		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais				108.549,73	(182.183,65)		
Atividades de Investimento							
Aquisição de Imobilizado/Intangível Pertencente a Gestão Pública				(14.875,62)	(3.977,90)		
Baixa de Imobilizado/Intangível Pertencente a Gestão Pública				8.265,62	-		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento				(6.610,00)	(3.977,90)		
Atividades de Financiamento							
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado				6.610,00	3.977,90		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento				6.610,00	3.977,90		
Variação Líquida nas Disponibilidades Caixa e Equivalentes de Caixa				108.549,73	(182		

Continuação ►

	2022	2021
19. Serviços Terceirizados		
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	3.996.173,17	3.483.353,48
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	1.292.358,90	1.100.242,53
	5.288.532,07	4.583.596,01
20. Medicamentos e Materiais de Consumo		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	190.865,51	196.233,85
Materiais de Consumo	286.426,59	228.211,82
Materiais de Conservação	71.251,43	63.397,04
Outros Materiais e Insumos	31.671,37	20.560,36
	580.214,90	508.403,07
21. Despesas Gerais		
Telefone	42.621,55	97.544,94
Internet	51.588,18	47.027,09
Gás de Cozinha	1.330,00	1.555,00
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	86.976,27	92.163,55
Administrativas	259.995,20	208.223,85
Amortizações e Depreciações	27.849,40	41.165,96
Bens Não Imobilizados	9.943,68	-
Plantas e Jardinagem	197,00	186,00
Seguros	10.113,31	10.530,98
Outras Despesas Gerais	809,88	-
	491.424,47	498.397,37

22. Coberturas De Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **23. Atendimento À Legislação Das Entidades De Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos

requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **24. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **25. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais

equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 827.973,48 e do ano de 2021 foi de R\$ 779.397,50 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(827.973,48)	(779.397,50)
(-) Custo da Isenção Usufruída	827.973,48	779.397,50
Isenção Usufruída	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação. **26. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Itu (SP), 31 de dezembro de 2022.

Kariny Quinelatto Sacramento - Diretora Técnica

Larissa Mantovan da Silva - Contadora CRC nº 1SP341547/O-5

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, - 28 de março de 2023. Audisa Auditores Associados CRC/SP 2SP - 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - Unidade: AME ITU - Período: de 01 até 12/2022

Consultas Médicas	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	11052	8373	11052	8657	22104	17030	-22,96
Interconsultas	1500	1471	1500	1160	3000	2631	-12,30
Consultas Subseqüentes	13158	14408	13158	13684	26316	28092	6,75
Total	25710	24252	25710	23501	51420	47753	-7,13
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Consultas Não Médicas	4200	3629	4200	3655	8400	7284	-13,29
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	1800	2046	1800	2083	3600	4129	14,69
Total	6000	5675	6000	5738	12000	11413	-4,89
Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais CMA	150	209	150	190	300	399	33,00
Total	150	209	150	190	300	399	33,00
Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais cma	1482	1466	1482	1399	2964	2865	-3,34
Total	1482	1466	1482	1399	2964	2865	-3,34
SADT Externo	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Diag. por Anatomia Patológica e Citopatológica	0	0	0	0	0	0	0,00
Diagnóstico por Radiologia	1200	1260	1200	1171	2400	2431	1,29
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	2760	2748	2760	3249	5520	5997	8,64
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2640	2108	2640	2163	5280	4271	-19,11
Total	6600	6116	6600	6583	13200	12699	-3,80
Exames de Alta Suspeição - Oncologia	1º Sem/2022		2º Sem/2022		Total 2022		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Biopsia pele / partes moles	0	0	0	145	0	145	0
Total	0	0	0	145	0	145	0